

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 305

Período: 13/09/2008 a 19/09/2008

GEDES -Brasil

- 1- Forças Armadas iniciam *Operação Atlântico*. no litoral brasileiro
- 2- Revista aponta participação de Forças Armadas em operação realizada pela Polícia Federal
- 3- Ministro da Defesa denuncia e condena participação da Agência Brasileira de Inteligência, em operação realizada pela Polícia Federal
- 4- Editorial critica o Plano Estratégico de Defesa
- 5- Confirmada presença de militares nas favelas do Rio de Janeiro, até o 2º Turno eleitoral
- 6- Tropas do Exército participam de eleições simuladas
- 7- Aeronáutica responsabiliza controlador por incidente no Acre
- 8- Brasil pode passar a restringir compra de terras por estrangeiros
- 09- Presidente da República discursa sobre reativação da Quarta Frota Naval dos Estados Unidos
- 10- Professor da Universidade de São Paulo critica Lei de Anistia

1- Forças Armadas iniciam Operação Atlântico no litoral brasileiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas iniciaram, no dia 12/09/08, a *Operação Atlântico*, cuja finalidade seria a de aperfeiçoar a proteção da costa brasileira. O exercício será realizado pela Marinha, o Exército e a Aeronáutica, em conjunto. As costas dos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES) serão utilizadas nessa ação. Será a primeira vez em que a costa de São Paulo fará parte de uma operação, haja vista a recém-descoberta reserva de petróleo, denominada pré-sal. O almirante Edlander Santos, comandante da operação, afirmou que a faixa litorânea a ser usada já constava em planejamento e que os objetivos da *Operação Atlântico* são fortalecer a força bélica do país e melhorar a capacidade de defesa do litoral brasileiro. O prazo para o fim dessa operação está marcado para o dia 26/09/08. O cenário de tal compreende um conflito entre dois países fictícios. A luta tem como objetivo conquistar um campo petrolífero localizado no estado do Espírito Santo. A esquadra da Marinha e três submarinos serão empregados na Operação. Em relação ao tema da reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, Santos ressaltou a importância de se estar atento que a questão seja superdimensionada, uma vez que trata-se de uma "reorganização administrativa". No que se refere às manobras da Venezuela, em pareceria com a Marinha da Rússia, Santos também não expressou preocupações. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/09/08).

2- Revista aponta participação de Forças Armadas em operação realizada pela Polícia Federal

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, militares das Forças Armadas e membros da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) deram apoio nas investigações da Operação Satiagraha – realizada recentemente pela Polícia Federal (PF) com o objetivo de desativar um sistema de corrupção que envolvia banqueiros e políticos. Os jornais basearam-se numa reportagem publicada no dia 13/09/08 pela revista "Época", que relatou que o delegado da PF e comandante da operação, Protógenes Queiroz, recebeu ajuda até mesmo do general Enzo Peri, comandante do Exército, que teria auxiliado na busca por dados de um oficial que se formou no Instituto Militar de Engenharia (IME) e que depois foi trabalhar no grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, principal investigado na Operação. A reportagem da revista cita nomes como o de Paulo Ribeiro Branco, major da Aeronáutica, que teria sido o principal ajudante nesse esquema de informações e que, ao ser questionado pela revista, preferiu não se pronunciar, do espião aposentado, Francisco Ambrósio do Nascimento e do sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo. O Centro de Comunicação Social do Exército desmente as informações relacionadas à força e assume, entretanto, que prestou informações sobre o oficial formado no IME. Segundo nota do Ministério da Defesa, do dia 15/09/08, Marinha e Aeronáutica "não deram qualquer contribuição àquela investigação". De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, também se esquivou do assunto. Lula afirmou que apóia a posição do comandante do Exército, acreditando que a Força não teve participação nesse caso. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 14/09/08*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/09/08*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/08*).

3- Ministro da Defesa denuncia e condena participação da Agência Brasileira de Inteligência em operação realizada pela Polícia Federal

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, as denúncias de que as Forças Armadas participaram da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, colocaram em posição delicada o ministro da Defesa, Nelson Jobim que, anteriormente a essas denúncias, criticou duramente uma possível participação clandestina da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), também na Operação Satiagraha. O ministro declarou que a Abin ajudou a Polícia Federal com equipamentos capazes de realizar interceptações telefônicas, pautado num laudo feito por engenheiros e técnicos do Ministério e do Exército nos equipamentos da Abin. O laudo já foi entregue ao Palácio do Planalto e afirma que os dois equipamentos da Abin periciados pelo Exército são capazes de fazer escutas, desde que acoplados a outros aparelhos, no entanto, a Agência é proibida de efetuar grampos. Segundo os jornais, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, no dia 17/09/08, instaurada para investigar o uso indevido dos grampos pela Abin, Jobim falou sobre a compra de equipamentos de escuta telefônica pela Agência por meio de um convênio do Exército com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e afirmou que a decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de afastar a cúpula da Agência dos cargos de chefia deu-se em virtude da participação da Abin na Operação Satiagraha, pois houve desvio de função dos agentes. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o material de escuta teria sido adquirido por intermédio da Comissão de Compras do Exército em Washington, no ano de 2006. Nelson Jobim ainda garantiu que nenhuma das três Forças possui

equipamentos de interceptação telefônica. O diretor afastado da Abin, delegado Paulo Lacerda, garante que o equipamento é usado apenas para verificar a existência ou não de grampos, pois a Agência não possui autorização legal para realizar escutas. Segundo *O Estado de S. Paulo* noticiou em 19/09/08, a CPI pediu a Jobim que ele fizesse um levantamento de todos os equipamentos comprados nos últimos quatro anos para a Abin por meio da Comissão de Compras do Exército em Washington, que deverá ser entregue nas próximas semanas. Com base nessa relação, será realizada uma perícia no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações da Universidade de Campinas. Já a *Folha de S. Paulo*, destacou que a Polícia Federal realizou uma perícia preliminar em 16 aparelhos da Abin e constatou que não são capazes de realizar escutas telefônicas no patamar das denúncias apresentadas por Jobim. Sobre o envolvimento também das Forças Armadas na Operação Satiagraha, o ministro afirmou que os comandos foram ouvidos e que as informações de participação na operação são falsas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/09/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 18/09/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/09/08; Jornal do Brasil – País – 18/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/09/08).

4- Editorial critica Plano Estratégico de Defesa

O Estado de S. Paulo, em editorial, manifestou apoio à ação de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, em levar o documento do Plano Estratégico de Defesa ao julgo do Conselho Nacional de Defesa. Isso faz com que o Plano seja relido e debatido com mais intensidade antes de ser aprovado. A necessidade de reavaliar as propostas foi sentida após entrevistas de militares à *Folha de S. Paulo* que teriam rotulado-as de "realistas, amalucadas e inexecutáveis". Além disso, chamou à atenção de *O Estado*, o fato de Mangabeira Unger, ministro dos Assuntos Estratégicos, dizer que o Plano Estratégico de Defesa é um documento de intenções que não corresponde, necessariamente à realidade e às necessidades do Brasil. Para *O Estado*, há duas questões centrais: uma orçamentária e outra de cunho tecnológico. Em se tratando da primeira, o busílis, longe do que vem sendo discutido pelos outros jornais – ou seja, o aumento do percentual em relação ao PIB que é destinado pela União às Forças Armadas –, são, na verdade, os 80% do orçamento atual, gastos com salários de militares da ativa e da reserva. Além disso, pode ser encontrada objeção ao propósito de conceder apoio fiscal a empresas brasileiras que produzam armas para as Forças Armadas. Outras críticas ao Plano Estratégico de Defesa já foram acentuadas pelos Informes Brasil 303 e 304, como, por exemplo, as que recaíram sobre a idéia de Unger acerca do alistamento obrigatório. Sobre isso, o colunista Tutty Vasques de *O Estado*, opinou que a intenção de Unger é obrigar os jovens de classe média a pagar pena alternativa à sociedade, enviando os jovens a "frentes de trabalho no interior do país", propiciando uma espécie de cidadania compulsória. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 14/09/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/09/08).

5- Confirmada presença de militares nas favelas do Rio até o 2º Turno

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as tropas militares que ocupam as favelas do Rio de Janeiro para garantirem a tranquilidade nas eleições, devem permanecer em determinadas áreas até o fim do segundo turno, se este se

confirmar. Segundo o *Jornal do Brasil*, 2 mil militares ocuparam quatro comunidades: Vila Aliança, Taquaral, Coréia e Sapo. De acordo o porta voz do Comando militar do Leste (CML), tenente coronel André Luiz Novaes, foram retirados obstáculos que impediam a chegada nos pontos determinados pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Segundo o tenente, o Exército trabalha em aéreas apontadas pela justiça federal como sendo fundamentais para a realização da campanha política, frisando que o Exército não tem poder de polícia, e que somente usará a força caso as tropas se sentirem ameaçadas. Desde o início da operação já foram retiradas mais de 4 toneladas de material eleitoral irregular das comunidades onde há operações conjuntas com o Exército. O porta-voz da Operação Guanabara, coronel André Luis Novaes, negou, no dia 15/09/08, que militares tenham presenciado homens armados na favela da Coréia, na zona oeste. De acordo com o desembargador, ainda não existe definição sobre o trabalho que as Forças Armadas realizarão no dia do pleito. Conforme divulgou o titular da Delegacia de Combate às Drogas (Dcod), Marcus Vinícius Braga, a presença das tropas deve ajudar a limitar, durante o dia, a venda de drogas no varejo, principalmente na Rocinha. Já para a deputada federal e delegada Marina Magessi (Partido Popular Socialista), que atuou por 20 anos no combate ao tráfico no Estado do Rio, o efeito disto é irrelevante, pois assim que as tropas se retirarem o fluxo de drogas volta ao normal. Diz a deputada: “É a política do espantinho na horta. Uma instituição como as Forças Armadas não pode ser exposta ao ridículo”. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, 2000 paraquedistas do Exército estiveram no dia 17/09/08 nas favelas da Rocinha e do Vidigal e foram monitorados por traficantes de drogas, via comunicação por rádio. Apelidados de “abacates” pelos criminosos, os soldados foram orientados pelo comando do Exército a não reprimir crimes comuns, como o tráfico. Segundo o *Jornal do Brasil*, um dos moradores da Rocinha, que preferiu o anonimato, afirmou que a presença dos militares na região atrapalha o movimento do tráfico, forçando os traficantes a realizarem mais assaltos. Entre os soldados que ocuparam a Rocinha, muitos da Brigada Pára-Quedista, atuaram nas favelas do Haiti. O porta-voz da Operação Guanabara, coronel André Luís Novaes Miranda, comandante do Centro de Instrução de Operações de Paz do Exército, disse que a diferença é que no outro país, a miséria é ainda pior. Novaes ainda afirmou que a instalação das tropas foi bem sucedida, pois não houve nenhum incidente e a receptividade foi boa. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 18/09/08; Jornal do Brasil – Eleições Municipais 2008 – 16/09/08; Jornal do Brasil – Eleições Municipais 2008 – 17/09/08; Jornal do Brasil – Tema do Dia – 18/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/08*).

6- Tropas do Exército participam de eleições simuladas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, 700 homens do Exército participaram de eleições simuladas em Atalaia (estado de Alagoas), a 48 quilômetros de Maceió, denominada de Operação Mundaú. O objetivo do exercício é treinar as tropas que farão a segurança nas eleições do próximo dia 05 de outubro. Também foram oferecidos serviços, como emissão de documentos. Além dos 300 homens do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, com sede em Alagoas, participam do treinamento 400 soldados do Exército dos estados de Pernambuco e Bahia. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/08*).

7- Aeronáutica responsabiliza controlador por incidente no Acre

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA), órgão da Aeronáutica, concluiu que o incidente envolvendo um Boeing da Gol e um avião da FAB, em 18 de junho de 2008, perto do aeroporto de Rio Branco, no Acre, teve como principal responsável um controlador de voo. Os dois aviões estavam sob a coordenação do mesmo controlador, que teria ordenado à aproximação das duas aeronaves numa distância de tempo muito próximas, que quase levou a uma colisão no ar. De acordo com o brigadeiro Jorge Kersul Filho, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), um relatório com as causas do incidente será divulgado até o fim do ano. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/09/08*).

8- Brasil pode passar a restringir compra de terras por estrangeiros

Conforme divulgou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU), pode limitar a compra de terras por estrangeiros no Brasil. A lei que restringe a compra de terras foi criada no regime militar e foi revista em 1994, quando passou a permitir irrestritamente as aquisições de áreas no país. Atualmente, pelo menos um território da extensão do Estado da Paraíba pertence a não-brasileiros; não se sabe ao certo esta extensão, pois na compra das terras não é exigida a informação da nacionalidade do comprador. O consultor-geral da União, Ronaldo Vieira Araújo Júnior afirma que “um dos objetivos fundamentais da Constituição é a soberania nacional. É uma regra encontrada nos EUA e no México, por exemplo.” Muitas empresas estão se instalando no país por conta da capacidade produtiva das terras e fatores favoráveis à agricultura como clima, água e disponibilidade das terras. A restrição certamente trará obstáculos aos grandes grupos agrícolas interessados nas terras, como os argentinos, americanos e europeus. O texto precisa ser aprovado pelo advogado-geral, José Antonio Dias Toffoli, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem expectativa de aprovação de, no máximo, um mês. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/09/08*).

09- Presidente da República discursa sobre reativação da Quarta Frota Naval dos Estados Unidos

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou no dia 18/09/08, na inauguração da plataforma P53, na cidade de Rio Grande, que devido à reativação da Quarta Frota Naval dos Estados Unidos, a Marinha brasileira deve “proteger” as reservas de petróleo recentemente descobertas na camada do pré-sal. Disse que “A Marinha tem que ser a guardiã das nossas plataformas em alto-mar”, diz Lula. O discurso reflete a preocupação do Itamaraty e de setores da Defesa com a reativação da Quarta Frota, logo após a notícia da existência de campos de petróleo a cerca de 7.000 metros de profundidade, numa região que abrange águas territoriais entre os litorais dos estados de Espírito Santo e de Santa Catarina. No discurso, Lula também afirmou que o Brasil precisa desenvolver rapidamente uma tecnologia para a extração desse combustível na profundidade em que se encontra. (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/09/08*).

10- Professor da Universidade de São Paulo critica Lei de Anistia

Em opinião ao jornal *Folha de S. Paulo*, o professor titular aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato, defendeu que a lei nº. 6.683, de 28/08/1979, que concedeu a anistia dos agentes públicos, não se estende “aos carrascos do regime militar”. Disse que é vergonhoso ao país esquecer seu passado com frases como “não tenho nada a ver com isso”, “não quero saber, pois não havia nascido”, “vamos nos ocupar do futuro do país, não de fatos pretéritos”. Para o professor, na elaboração da Lei de Anistia, uma das partes envolvidas – o conjunto das vítimas dos crimes cometidos – não participou do diálogo se aceitaria ou não aquela Lei. Ou seja, o Congresso Nacional, ao excluir as vítimas do debate, “usurpou a soberania popular e subordinou o bem comum do povo (‘res publica’) ao interesse particular de um punhado de facínoras e de seus comanditários, dentro e fora do governo”. Assim, o que é preciso fazer é solicitar ao Supremo Tribunal Federal que julgue se a Lei de Anistia deve ou não “ser interpretada à luz dos princípios fundamentais que esteiam todo o nosso sistema jurídico”, podendo desta forma ser repensada. (Folha de S. Paulo – Opinião – 12/09/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).